

DECRETO EM VIGÊNCIA

Assembleia decidirá se haverá greve na Educação

Sintep não descartou a possibilidade de greve na Educação

RODRIGO SOARES/ Redação DS

O prefeito Fábio Martins Junqueira (MDB) declarou por meio de postagem em suas redes sociais que o Poder Executivo não cumprirá o projeto de Decreto Legislativo aprovado na Câmara Municipal de Vereadores de Tangará da Serra. A aprovação da proposta da Câmara sustou o decreto 428/2019 do Executivo, que determinava aumento do número de alunos por sala de aula na Educação Infantil, por meio da Secretaria Municipal de Educação (Semec).

Diante do posiciona-

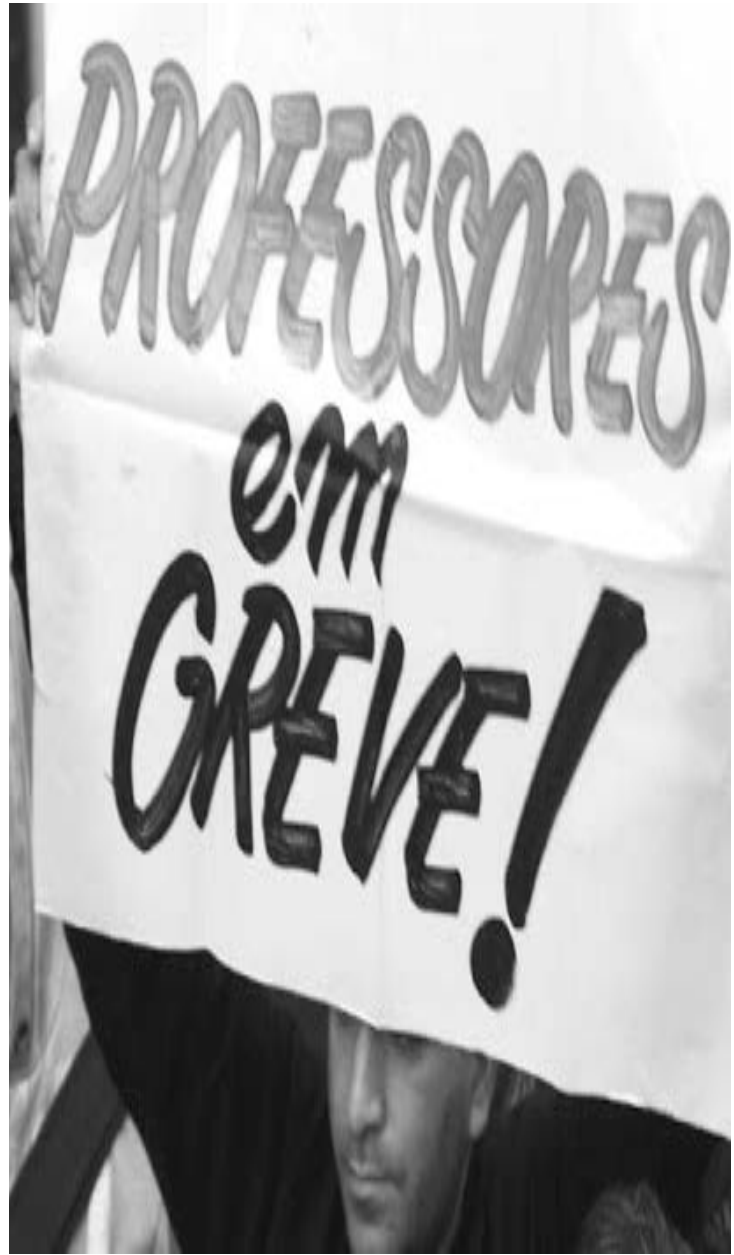
mento do chefe do Executivo, o Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público (Sintep) de Tangará da Serra deve realizar uma assembleia com a categoria na próxima semana, oportunidade em que decidirá os novos rumos da Educação no município. “Assembleia será feita para avaliação. Se sair pro-

“
Para nós o
que vale é
a decisão dos
vereadores

posta de greve, a diretoria tem obrigação de encaminhar. A possibilidade de greve não é descartada”, enfatizou a presidente do Sintep Tangará da Serra, Francisca Alda de Lima,

ao destacar que as reivindicações na Educação não são apenas em relação ao decreto do Executivo. “Não temos técnico, não temos pessoas (suficientes) na limpeza, onde precisa três merendeiras tem duas. Há possibilidade de greve, mas essa decisão precisa sair da categoria”, reforçou.

Apesar do impasse, o início do ano letivo previsto para a próxima semana deve ser mantido. “Para nós o que vale é a decisão dos vereadores, mas agora não está mais nas mãos do sindicato, e sim da gestão das escolas. Para nós a situação é clara, não é possível que o tangaraense não esteja enxergando. A diretoria fez o papel do sindicato, todo mundo está ciente. Matricular estudante a mais é por conta da gestão, foge da nossa competência fazer matrícula ou



Categoria deverá decidir se entra ou não em greve

não. Contudo, isso tudo é um absurdo”, lamentou. Mesmo com o sustamento da Câmara, na declaração dada Junqueira foi enfáti-

co e reforçou que as decisões voltadas à educação municipal perante a lei, são de total responsabilidade do Poder Executivo.

Shopping Popular

APÓS DENÚNCIAS

Município retira concessão de uso do Camelódromo

Boxes estariam sendo locados, o que é ilegal segundo prefeito

PAULO DESIDÉRIO / Redação DS

Foi cancelada, via decreto do Executivo Municipal, a permissão de uso da área pública do camelódromo, situado no centro de Tangará da Serra. Por meio do decreto 051/2020, datado em 07 de fevereiro, a concessão do espaço foi vetada à Associação Shopping Popular.

Em seu perfil no Facebook, o prefeito Fábio Martins Junqueira (MDB) explicou que a decisão foi tomada após o município ter recebido denúncias de que boxes estariam sendo alugados e até vendidos. O próprio prefeito declarou

na postagem que existe locatário irregular morando em Londres, na Inglaterra. A prática, segundo Fábio, é ilegal.

“É expressamente proibido pela permissão concedida, sendo as permissões de boxes individuais, inalienáveis e intransferíveis, pois a propriedade é do município”, explicou o chefe do Executivo.

Com a medida, Junqueira revoga o decreto Nº 470, de 26 de dezembro de 2016, que autorizava o uso do local pela associação. O documento assinado por ele e pela secretária municipal de Administração, Maria das Graças Souto, também suspende a autorização de uso e licenças de alvarás de funcionamento do Shopping Popular. Entretanto, ficou autorizado que a Secretaria Municipal de Fazenda

(Sefaz), realize por meio do Departamento de Administração Tributária, o cadastro individual de boxes e usuários para permissão individual de uso e respectivos alvarás de funcionamento.

“Orientamos os atuais usuários que não paguem aluguel para antigos permissionários, que não paguem nenhum valor a terceiros referente a transferência ou locação de referidos espaços, pois ninguém podia vender ou alugar box no referido Shopping Popular”, argumenta.

Na tarde desta quinta-feira, 12, a presidência da Associação Shopping Popular esteve em reunião para tratar o assunto. A reportagem do Diário da Serra tentou contato, mas até o fechamento desta reportagem, a reunião ainda não havia sido finalizada.